

6 Tempo

Os Combates da Memória: escravidão e liberdade nos arquivos orais de descendentes de escravos brasileiros

Hebe Maria Mattos*

Adair Gonçalves Barbosa nasceu em 1912. Diz-se bisneto de escravos "por parte de pai e por parte de mãe". Seus avós não foram escravos, pois - segundo ele - "dessa época prá cá parece que já o sistema de vida era outro pro filho dos escravos...". Segundo seu depoimento, colhido e publicado por Agostinho Della Vechia, nasceu em Canguçu, Rio Grande do Sul, "na casa do seu pai e da sua mãe", no terreno que "era da sua avó". Tinham criação e culturas. Seu pai "pagou" para que ele aprendesse a ler e escrever em casa. A professora particular foi uma "prima", chamada "Tia Eloá". Saiu do sítio dos pais aos 25 anos. Trabalhou por toda a vida como operário dos Frigoríficos Anglo. Em 1990, casado e aposentado, vivia em Saint Hilaire, periferia de Pelotas, em uma pequena casa de sua propriedade.

Ezequiel Inacio tinha 72 anos à época da entrevista concedida à Ana Maria Rios, em 1995. Nasceu na Fazenda Sossego, em Paraíba do Sul, estado do Rio de Janeiro, onde - segundo seu depoimento - foi escravo o seu avô, "por parte de pai", chamado Telemos Inacio (que falava uma língua estranha sempre que não queria ser entendido). Também seu pai - "já nascido livre", teria morado na Fazenda do Sossego, antes e depois do fim do cativo. Sua avó paterna chamava-se "Glacina Telemos Inacio". Ezequiel foi lavrador em Paraíba do Sul por toda sua vida. Um de seus irmãos, com 90 anos à época da entrevista, vivia como operário aposentado da Light, em Belford Roxo, na Baixada Fluminense. Segundo ainda o depoimento, Seu Ezequiel mantinha contato também com os netos e bisnetos do primeiro casamento

* Professora do Departamento de História da UFF.

do seu pai, realizado ainda no “tempo do cativo”, moradores na cidade do Rio de Janeiro.

José Veloso Sobrinho nasceu em 1916 na cidade do Cunha - SP. Diz-se neto de avó escrava com avô português, por parte de mãe e de pai. Segundo seu depoimento, sua avó paterna era africana do Congo. Seu pai, filho de uma cativa brasileira com um jornalista português de nome Veloso, não teria chegado a ser escravo, “tinha papel”. Seu pai foi tropeiro e depois lavrador em terras próprias. Cresceu “tocando lavoura” com seus 10 irmãos nas terras do seu pai. Tem o primeiro grau completo. À época da entrevista concedida ao projeto “Memória da escravidão em famílias negras de São Paulo”(1988), ainda tocava lavoura com os filhos e era dono de uma pastelaria na cidade. Quatro dos seus 12 filhos cursaram faculdade e os outros terminaram pelo menos o primeiro grau.

Paulo Vicente Machado nasceu em 1910, filho caçula de Vicente Machado, ex-cativo na “Fazenda da Presa”, em Alegre, no Espírito Santo. Cresceu “tocando lavoura” com seus pais e seus irmãos, em regime de parceria, na mesma fazenda em que seu pai havia sido escravo. Sua mãe não chegou a ser cativa, pois - segundo seu depoimento a Robson Martins- nasceu “de ventre livre”. Seu pai se tornou, posteriormente, pequeno proprietário de um sítio de café em Vala de Souza, também no Espírito Santo. Após seu casamento com a filha de um sitiante vizinho, Paulo Vicente Machado se tornou operário na Estrada de Ferro Leopoldina. Como operário da Leopoldina morou em várias cidades de Minas Gerais, até - já aposentado - fixar-se em São Gonçalo, no Rio de Janeiro, onde vivia à época da entrevista.

Estes são pequenos resumos dos depoimentos de quatro homens que se identificam como negros e descendentes de escravos, que viveram (pelo menos) a infância “tocando lavoura” com a família em antigas áreas escravistas do centro-sul do Brasil. Seus depoimentos rememoram com nitidez pai e mãe, avô e avó, bem como traçam com facilidade suas genealogias até o cativo. Tomados em conjunto, produzem determinadas representações comuns sobre escravidão e liberdade, história e memória, que assumem estar referidas à trajetória e à tradição familiar.

Estes mesmos depoimentos são, entretanto, fruto de experiências de pesquisa bastante diferenciadas em objetivos, embasamento teórico e metodologia.

Dois deles (Paulo Vicente e Izaquiel Inácio) são resumos de entrevistas depositadas no acervo “Memória do Cativo” do Laboratório de História Oral e Iconografia do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (doravante LABHOI-UFF). Este acervo se constituiu propondo-se a receber e arquivar de forma apropriada entrevistas produzidas em projetos de História Oral com indivíduos portadores de uma memória familiar da escravidão. Para tanto, o LABHOI ofereceu apoio técnico e orientação metodológica aos pesquisadores, de forma a garantir condições para o arquivamento e socialização do material produzido.

Este acervo se constitui atualmente da reprodução das fitas de dois projetos de pesquisa: o trabalho de Robson Luís Machado Martins, desenvolvido em uma comunidade rural do Estado do Espírito Santo (município de Alegre), formada por descendentes de antigos escravos da região, e de Ana Maria Lugão Rios (University of Minnesota - PHD), sobre a história da experiência familiar dos descendentes de libertos nas antigas áreas cafeeiras do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, após a

abolição. Ana trabalhou com um roteiro basicamente genealógico e Robson com uma entrevista livre, de tipo biográfico, com ênfase na infância e na convivência com pais e avós.

Este acervo conta com cerca de 60 horas de gravação em 29 depoimentos. Entrevistados e pesquisadores autorizaram o arquivamento do material no *Laboratório*, bem como sua abertura ao público em geral após a conclusão de suas respectivas teses. Ezequiel Inácio e Paulo Vicente estão entre eles.

Esta não é uma experiência pioneira. Maria de Lourdes Janoti e Sueli Robles R. de Queiroz coordenaram projeto semelhante em São Paulo, em 1988, intitulado *Memória da Escravidão em famílias negras de São Paulo*. Transcrições das entrevistas realizadas, analisadas em mais de uma dissertação de mestrado, encontram-se arquivadas no *Centro de Apoio à Pesquisa em História Sérgio Buarque de Holanda (FFLCH-USP)*, caixas 1 a 16. São ao todo 44 famílias entrevistadas. As entrevistas, via de regra, foram feitas com três pessoas de diferentes gerações de cada uma das famílias. Retomando o acervo oral assim formado para com ele trabalhar, li e fichei as transcrições das entrevistas relativas à primeira geração das famílias entrevistadas, quando residentes à época da infância nas áreas rurais do Estado de São Paulo, num total de 32 entrevistas. Entre elas, a entrevista de José Veloso Sobrinho, resumida acima.

Também no Rio Grande do Sul, Agostinho Mario Dalla Vecchia produziu uma tese e dois volumes de transcrições de 32 depoimentos com descendentes de ex-escravos. Adair Gonçalves Barbosa está entre eles.

A partir de iniciativas como estas, talvez tardiamente constituem-se, no Brasil, acervos potencialmente capazes de basear uma abordagem histórica da inserção social do liberto após a abolição da escravidão. Foi com este objetivo mais genérico que me propus a retomar e trabalhar os 93 depoimentos de filhos de camponeses negros nascidos no Brasil nas primeiras décadas deste século, que a releitura destes quatro acervos de entrevistas me permitiram reunir. A primeira questão que emergiu ao abordá-los em conjunto forçou-me, entretanto, a enveredar por outro tipo de investigação. Por que este tipo de trabalho só começou a ser desenvolvido nos últimos vinte anos? Como foi possível que perdêssemos a oportunidade de registrar para a posteridade a fala e a memória de milhares de ex-escravos brasileiros ainda vivos e lúcidos durante toda a primeira metade deste século? Não foi por falta de historiadores, antropólogos ou folcloristas interessados no tema. Muito se produziu nestes campos sobre o “negro no Brasil”, especialmente desde a década de 30, mas pouco sobre os últimos escravos e a experiência da escravidão e da libertação. As mais expressivas publicações de entrevistas com ex-escravos brasileiros se fizeram na década de 80, próximo de se completar um século da abolição da escravidão.¹

Deste modo, a primeira questão que a leitura da transcrição daquelas entrevistas efetivamente formulava relacionava-se às formas como, no Brasil, a história da escravidão e da abolição foram apropriadas como objetos de memória. De fato, desde a primeira leitura daqueles 93 depoimentos tornou-se-me evidente que eles permitiam uma rara abordagem sobre a historicidade das disputas simbólicas em torno das designações raciais no Brasil e de suas relações com os processos de definição de identidades sociais e com a memória do cativo. Assim se configurou a questão central que buscarei desenvolver neste artigo.

Na verdade, apesar de uma anteriormente propalada falta de fontes, sabemos hoje que são inúmeras e ainda insuficientemente exploradas as fontes relativas à escravidão no Brasil, tendo em vista que o estatuto jurídico específico que recaía sobre os escravos os transformava numa categoria classificatória necessária em quase quaisquer tipos de fontes primárias do período. Quando se trata do período pós-emancipação, entretanto, tem-se apenas (e mesmo assim precariamente) as designações raciais como via de acesso aos ex-escravos, reforçando a associação mais geral entre negritude e escravidão. Ou seja, parte-se do princípio de que, como a imigração africana para o Brasil se alicerçou

¹ Cf., especialmente, Mário José Maestri Filho, *Depoimentos de escravos brasileiros*, São Paulo, Ícone, 1988.

basicamente na continuidade do tráfico negreiro, o reconhecimento de uma identidade “negra” deveria estar baseado em algum tipo de laço genealógico com a África e/ou com a experiência da escravidão. Pelo menos, foi tendo em vista esta premissa que os pesquisadores aqui considerados foram buscar, num campesinato negro nascido nas primeiras décadas deste século, uma memória familiar da experiência da escravidão e da abolição. Ou seja, o fato da família identificar-se como “negra” deveria implicar também uma memória familiar da escravidão.

Apesar disto, em cerca de 30% dos casos esta memória familiar não existia. Em alguns casos isolados era explicitamente negada pela afirmação de que seus pais ou avós haviam sido senhores de escravos. Mesmo nos depoimentos do Espírito Santo e de alguns dos entrevistados por Ana Rios em comunidades negras de Minas Gerais, que têm seu mito de origem na abolição da escravidão, uma memória específica da experiência do cativo, do ponto de vista da história familiar nem sempre existia. Em 34,3% das entrevistas gaúchas, 35,7% das entrevistas fluminenses/mineiras, 33,3% das entrevistas do Espírito Santo e 18,7% das entrevistas rurais com a primeira geração de entrevistados de São Paulo não há qualquer referência a uma memória familiar do cativo.

Memória Familiar da Experiência do Cativo

| | Total | Sim | Não |
|-----------------|-------|-----|-------------|
| Alegre - E.S. | 15 | 10 | 05 (33,3%) |
| R.G.Sul | 32 | 21 | 11 (34,3%) |
| Vale do Paraíba | 14 | 09 | 05 (35,7%) |
| São Paulo | 32 | 26 | 06 (18,7%) |
| Total | 93 | 66 | 27 (29,03%) |

Isto não deveria causar surpresa. Pesquisa de História Oral desenvolvida em Itapuã, na Bahia, já havia revelado este padrão de maneira ainda mais incisiva. Em artigo pioneiro, a Prof.^a Katia Mattoso colocou em relevo que as gerações mais velhas dos entrevistados tendiam a negar em seus depoimentos qualquer ascendência escrava em suas famílias (por diversas vezes afirmando terem seus antepassados sido senhores de escravos, o que em alguns casos foi empiricamente confirmado), ao mesmo tempo que buscaram, do ponto de vista genérico, uma vinculação com a ascendência indígena, ao se definirem como caboclos. Já as novas gerações, quando entrevistadas, freqüentemente se identificavam como negros e afro-baianos, buscando construir, do ponto de vista genérico, um vínculo de origem na tradição de resistência e rebeldia escrava de Salvador.²

Já há algum tempo, a antropologia e a história social têm posto em evidência o sentido político de toda noção de pertencimento étnico e de identidade social. Desta perspectiva teórica, não são poucos os trabalhos que têm apontado para a extrema politização e plasticidade destas fronteiras no que se refere às designações raciais no Brasil.³ Para além disto, uma memória genealógica curta,

² Este argumento foi desenvolvido no artigo já citado de Katia Mattoso sobre a memória do cativo no Brasil. A pesquisa citada resultou em tese de doutorado de Tania Penido Monteiro, defendida na Universidade de Provence Aix-Marseille I, em março de 1993, sob a direção de Philippe Joutard (La voix d’Itapuã: images du passé et vision du changement. Ethnotextes d’un réseau de culture populaire dans l’Etat de Bahia, Brésil).

³ Cf, entre outros, Peter Fry, “O que a Cinderela negra tem a dizer sobre a ‘política racial’ no Brasil”. *Revista USP*, 28 (dez-fev 1995/96); Yvonne Maggie. “‘Aqueles a Quem foi Negada a Cor do Dia’: As Categorias Cor e Raça na Cultura Brasileira”. in: Maio/Santos (orgs.). *Raça, ciência e sociedade*, Rio de Janeiro, Editora FIOCRUZ, 1996; Robin E. Sheriff. “‘Negro é um apelido que os brancos deram aos pretos’: discursos sobre cor, raça e racismo num morro carioca”, IFCS/UFRJ, 1995 (mimeo); Hebe Maria Mattos de Castro, *Das cores do silêncio: significados da liberdade no sudeste escravista*. Brasil, século XIX, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995; Tania Penido Monteiro, op.cit.

associada ao trabalho familiar e à valorização da autonomia, configurando uma identidade camponesa, mesmo nos casos de maior instabilidade do acesso à terra, tem-se mostrado característica das antigas áreas escravistas do centro-sul. Tive a oportunidade de acompanhar duas pesquisas com depoimentos orais, desenvolvidas concomitantemente no âmbito do LABHOI-UFF, uma com descendentes de colonos suíços em Nova Friburgo - RJ e outra com camponeses negros em Paraíba do Sul -RJ, que chegaram, deste ponto de vista, a resultados extremamente semelhantes.⁴

A memória genealógica curta tem raízes profundas no sentido estrutural que a mobilidade espacial e uma noção de igualdade formal na liberdade desempenharam no processo histórico de constituição de uma identidade camponesa nas áreas rurais do centro-sul do país, durante a segunda metade do século passado. Mobilidade espacial e trabalho familiar autônomo, possibilitando eventualmente acesso à propriedade (seja de uns poucos escravos, seja de um pedaço de terra), constituíram-se como os pilares básicos a definir as possibilidades de sobrevivência para as populações rurais despossuídas no contexto escravista, amplamente acessível aos descendentes de libertos, que se constituíam, já no século passado, na maior parte da população rural livre do país. Definia-se, assim, de forma relativamente independente das origens étnicas e das imensas diferenciações socioeconômicas entre a população livre, uma identidade senhorial para a condição de liberdade (que potencializava o acesso à propriedade escrava). Nas últimas décadas da escravidão, extinto o tráfico africano e concentrada a propriedade escrava nas camadas mais abastadas da população livre, esta identidade senhorial evoluiria para uma identidade camponesa, consubstanciada na valorização do trabalho familiar autônomo e no acesso à propriedade da terra. Este processo estará no cerne do retardamento e das ambigüidades da construção, no Brasil, de um processo social de auto-identificação diretamente referenciado à herança africana ou à experiência da escravidão.⁵ Se tivermos isto em mente, a alta proporção da existência de uma memória familiar específica da experiência do cativo nos depoimentos aqui considerados é que deverá ser inicialmente explicada e, não, o contrário. O fato de se estar trabalhando com áreas rurais do centro sul do país dominadas pela grande propriedade e dependentes do trabalho escravo até as vésperas da abolição definitiva do cativo, onde predominou um processo muito menos gradual de abolição da escravidão, mostra-se essencial para o entendimento desta especificidade.

Por outro lado, para além da unidade devida à relativa homogeneidade regional de cada grupo de depoimentos, há de ser necessariamente considerada a unidade do roteiro e os objetivos dos entrevistadores que, mesmo de maneiras diferentes, mostravam-se todos explicitamente preocupados com a temática da escravidão. As entrevistas aqui analisadas só podem ser abordadas em forma correta enquanto resultado de uma relação entre entrevistador e entrevistado.

O levantamento extensivo deste tipo de relato colocou-me, portanto, frente a frente não apenas com o discurso daqueles que, nascidos no meio rural do centro-sul do país em princípios deste século, reconheciam-se como descendentes de ex-escravos, como, também, com o tipo de questão que os entrevistadores lhes formularam, impondo-me desafios teóricos, metodológicos e éticos.

Decidi, teoricamente, abordar cada conjunto de entrevistas como uma estrutura narrativa de síntese, resultante de um confronto entre o pesquisador e seus objetivos de pesquisa e cada um dos entrevistados. Várias escolhas estão contidas nesta afirmação. Ao tratar as entrevistas basicamente em seu caráter narrativo, estava pragmaticamente abrindo mão de verificar com outras fontes as “informações” dos depoentes. Expediente possível talvez para o pesquisador imediato, mas inacessível para quem faz uma segunda leitura destes depoimentos. Ao considerar cada conjunto como uma única

⁴ Cf. Patrícia Ribeiro. “Os Registros da Memória entre os colonos da região de Nova Friburgo”. Monografia de Bacharelado, Niterói, ICHF, UFF, 1996, e Ana Maria Lugão Rios. “Minha mãe era escrava, eu não”. Relatório apresentado ao Centro de Estudos Afro-Asiáticos, no âmbito do projeto “Memória do Cativo” do LABHOI - UFF, Rio de Janeiro, 1996.

⁵ Desenvolvi uma análise deste processo em *Das Cores do Silêncio* ... (op. cit.) partes 1 e 4.

estrutura narrativa, estava também reconhecendo que, desde a escolha dos depoentes até o roteiro desenvolvido, a unidade dos depoimentos era fruto do projeto de pesquisa que gerou cada acervo a ser trabalhado. Por outro lado, considero que a entrevista, enquanto modelo narrativo, oferece elementos para se ir além das intenções do pesquisador original e tentar trabalhar as tensões e confrontos que conformaram cada conjunto analisado. Isto não significa crer que as fontes orais, ou as chamadas fontes de memória de uma maneira geral, não possam fornecer importantes *insights* para a história dos últimos escravos após a emancipação, ou mesmo para a experiência dos últimos escravos antes da abolição. Ainda neste artigo teremos exemplos destes *insights*, sem falar dos trabalhos resultantes de cada um dos projetos tomados separadamente. Significa, simplesmente, que qualquer abordagem das chamadas fontes de memória (entrevistas de história de vida, autobiografias, etc.) que não leve em conta seu sentido eminentemente político (em sentido amplo) estará limitada em maior ou menor grau a modelos datados e parciais de apropriação do passado.

Esta abordagem implicou determinados desafios metodológicos e éticos. Como desenvolver uma abordagem estrutural sobre o conjunto das entrevistas sem perder de vista a riqueza de subjetividades que caracteriza os projetos de História Oral e, principalmente, as tensões entre os indivíduos que a constituíram? Como analisar estas tensões e, portanto, os *bias* de cada projeto, sem me apropriar indevidamente do trabalho dos pesquisadores que construíram cada um dos acervos analisados?

O primeiro passo metodológico foi tentar definir em termos mais gerais as principais características - em termos de conteúdo analítico e padrão narrativo - que informavam cada um dos conjuntos analisados. Eticamente, busquei não somente ler e citar o conjunto de trabalhos acadêmicos já resultantes da análise daqueles acervos, como explicitar o mais possível o papel autoral que se reconhece aos pesquisadores em cada um dos projetos. Os familiarizados com as discussões específicas à História Oral sabem das muitas polêmicas que circundam a questão dos direitos autorais. De qualquer modo, apesar da prática comum de cessão de direitos, a autoria nestes projetos é reconhecida aos entrevistados. Mesmo sendo assim do ponto de vista legal, considero que, do ponto de vista real, apenas a autoria conjunta dá conta do entendimento do documento produzido por este tipo de trabalho.

Neste sentido, trabalhei com quatro modelos de entrevistas que determinaram fortemente os tipos de informação e de narrativa deles resultantes.

As entrevistas de Ana Maria Rios com camponeses negros de antigas áreas cafeeiras do Rio de Janeiro e de Minas Gerais seguem, já o disse, um roteiro basicamente genealógico. Deste modo, a memória do cativo só aparece nestes depoimentos quando referida diretamente à história familiar. A estrutura da narrativa é descontínua, entrecortada por intervenções da entrevistadora (sempre no sentido de precisar as relações de parentesco e as relações de trabalho de cada um dos membros da família) e tem nas relações de parentesco seu fio condutor. As intervenções da entrevistadora por vezes interrompem determinados fluxos narrativos, mas muito raramente sugerem, induzem ou influenciam diretamente os entrevistados.

Dez mulheres e quatro homens foram entrevistados e tiveram seus depoimentos transcritos e depositados no LABHOI-UFF. Trata-se, portanto, de um acervo onde predomina a presença feminina. As mulheres, segundo a pesquisadora, eram quase sempre as portadoras da memória genealógica da família. Mulheres ou homens, cada um dos entrevistados, devido ao tipo de roteiro adotado, fornecia informações sobre dezenas de outros familiares, ascendentes, colaterais e descendentes. O contato com eles derivou de serem identificados pela pesquisadora como camponeses negros nas antigas áreas cafeeiras do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, onde se concentrava a maioria dos escravos nas décadas que precederam a abolição definitiva do cativo.

No caso do Espírito Santo, sete mulheres e oito homens tiveram suas entrevistas depositadas no LABHOI. O roteiro desenvolvido por Robson Martins pressupunha uma menor intervenção do

entrevistador, tematicamente concentrado na memória do cativo e na experiência de infância dos entrevistados nos anos que se seguiram à abolição da escravidão.

O projeto paulista, desenvolvido pela Universidade de São Paulo à época do centenário da abolição da escravidão, apresenta um escopo bem mais amplo do que aquele que pode ser alcançado por pesquisadores individuais. Trabalho de equipe coordenado por Maria de Lourdes Janotti, as entrevistas com as 44 famílias negras contatadas renderam mais de 4000 páginas de transcrição.

Nas 32 entrevistas selecionadas para esta pesquisa predominam os depoentes do sexo masculino (19). Os roteiros eram bastante abertos. Pedia-se simplesmente ao depoente para narrar sua história de vida, bem como para reproduzir as narrativas sobre o período escravista porventura tivesse ouvido de sua família. Além desta orientação mais geral, o depoente era instado a dar sua opinião sobre as comemorações dos 100 anos da abolição, bem como a se manifestar em relação à questão do preconceito e da discriminação racial. Alguns dos aspectos mais relevantes do ponto de vista da possibilidades de análise destas narrativas para uma história cultural foram desenvolvidos nos trabalhos acadêmicos e publicações resultantes do projeto.⁶

Para trabalhar com as 32 entrevistas de descendente de escravos editadas por Dalla Vechia foi imperioso ter em mente que as mesmas foram realizadas com o firme propósito de constituir uma memória da violência do cativo no Meridão Gaúcho. "O que seus pais e avós contavam de como eram tratados os escravos nos tempos da escravidão?": eis a pergunta que resumia o eixo a partir do qual se definia a intervenção do entrevistador - bastante incisiva em todas as entrevistas publicadas.

Tentei uma nova operação do ponto de vista metodológico sobre estes diferentes conjuntos de entrevistas, reunindo as 66 entrevistas com portadores de uma memória familiar do cativo, no conjunto considerado. Isto significa que eu busquei trabalhar apenas com aqueles que se identificavam diretamente como descendentes de um(a) ex-escravo(a). Parti do princípio de que as semelhanças narrativas porventura encontradas, em entrevistas produzidas no contexto de projetos de história oral tão diferenciados, assumiriam necessariamente especial relevância do ponto de vista histórico e social. Ouso explorar aqui, ainda bastante preliminarmente, estas "coincidências narrativas" em relação aos significados atribuídos à escravidão e à liberdade nos depoimentos assim reunidos.

De forma geral, diferentes significados da escravidão aparecem nos depoimentos arrolados, referidos à abordagem do entrevistador, à história de vida do entrevistado ou ao contexto específico de cada entrevista. Para responder às perguntas dos entrevistadores, os entrevistados frequentemente recorreram a contos populares ou ao que uma vez aprenderam nos livros didáticos, na igreja ou nos sindicatos, bem como às informações veiculadas sobre o tema pelo cinema e pela televisão. Neste processo surgem cafezais no Rio Grande do Sul como os da novela da Globo exibida à época das entrevistas gaúchas, o seriado americano *Raízes (Roots)* torna-se referência recorrente das respostas do informante em uma das entrevistas paulistas, um ativista do movimento negro faz sua genealogia familiar remontar à África, mas não à escravidão. Se as entrevistas de Ana Lugão partem de um roteiro genealógico, tomando as relações familiares como ponto de partida, as de Dalla Vechia têm na negação da existência de relações familiares entre os escravos um de seus objetivos, o que obviamente incidiu sobre as representações referentes a família e escravidão encontradas em cada um dos conjuntos.

Alguns padrões de referência à escravidão são, apesar disto, incrivelmente similares nos diversos conjuntos de entrevistas analisados. Em todos eles, os entrevistados raramente se utilizam espontaneamente da palavra "escravo" ou "escravidão", dando preferência aos termos "cativo" e

⁶Cf, entre outros, Claudia Regina Callari. "Identidade e Cultura Popular: histórias de vida de famílias negras", Dissertação de mestrado em História, Universidade de São Paulo, 1993; Maria de Lourdes Janotti e Zita de Paula Rosa, "Memory of Slavery in Black Families of São Paulo, Brazil", in: Daniel Bertaux e Paul Thompson (orgs.), *Between generations. Family models, myths, and memories*, Oxford University Press, 1993.

“cativo”. Em todos os conjuntos também, os depoentes utilizam a noção de “tempo do cativo” como referência mais geral de periodização.⁷

Mário Maestri já se referira a esta especificidade ao comentar os depoimentos de ex-escravos por ele publicados em 1988, classificando-a com um “vocabulário arcaico”. Segundo Maestri, “os depoimentos sugerem-nos que, se para a historiografia brasileira aboliu-se a escravidão, para os escravizados, ao contrário, ‘gritou-se a libertação’ dos ‘cativos’”.⁸ Este mesmo vocabulário reaparece, impondo-se aos pesquisadores, nas entrevistas selecionadas em todos os conjuntos pesquisados. Da mesma forma, como também registrado por Maestri em relação aos depoimentos dos ex-escravos Mariano Pereira dos Santos e Maria Chatinha, a abolição aparece nas 66 entrevistas assim recortadas como um divisor de águas, verdadeiro recurso de periodização, um marco entre dois tempos: o do cativo e o da liberdade.

É inescapável a sensação de que se está diante de um vocabulário arcaico, no caso das entrevistas aqui analisadas, ouvido dos pais ou dos avós que haviam sido escravos. No entanto, as palavras escravo e escravidão não eram inexistente ou pouco usadas em finais do século passado. Há de se refletir, portanto, sobre a razão desta utilização preferencial dos termos “cativo” e “cativo” pelos últimos escravos brasileiros. Juridicamente, “cativo” e “escravo” não eram sinônimos, no Império português ou na monarquia brasileira. O cativo era aquele que havia sido capturado e, a partir daí, privado de sua liberdade. Apesar do peso do tráfico africano na reprodução da escravidão no Brasil, o termo “cativo” é bem mais presente nas fontes brasileiras escritas referentes à escravidão indígena, caso em que o apresamento se dava de forma mais próxima. Em qualquer caso, escravo era aquele que já nascera sob esta condição jurídica. A condição de mercadoria e a submissão a um senhor, além da idéia de trabalho forçado, estão todos mais relacionados à definição de escravo do que a de cativo.

A idéia de apresamento e privação de liberdade, coerentemente com estas distinções formais, é a que se destaca no uso específico que os depoentes fazem da palavra cativo, freqüentemente situada em oposição aos qualificativos “ventre livre” e “brasileiro”. Em mais de um depoimento, nos diversos conjuntos, menciona-se algum ascendente que não havia sido cativo porque já era “brasileiro” ou “ventre livre”. Esta linguagem opõe, portanto, cativo e liberdade, qualificando o cativo como “estrangeiro” (em alguns casos especificamente como africano) em oposição aos “ventres livres” (em alguns casos definidos como “brasileiros”). Pode-se considerar, portanto, a hipótese de que ela se tenha construído historicamente a partir da vivência escrava do processo de desestruturação da dominação escravista durante a segunda metade do século XIX. Especialmente, a partir do impacto de duas medidas legais de profundo alcance na redefinição das relações cotidianas entre senhores e escravos, e entre os cativos entre si: a extinção do tráfico africano (1850) e a lei do Ventre Livre (1871).

Tráfico e alforria constituíam faces de uma mesma moeda que garantia a reprodução da legitimidade da sociedade escravista no Brasil. A prática da alforria permitia acomodar a autoridade senhorial (mesmo quando paga pelo próprio cativo, a alforria era sempre uma prerrogativa senhorial) e a pressão política possível da comunidade escrava mais enraizada, reforçando, em última instância, a legitimidade da escravidão. Esta pressão era, entretanto, limitada pelo espetáculo pedagógico da constante entrada de recém-chegados, vendidos como animais, estrangeiros ao mundo escravista, sem quaisquer direitos ou prerrogativas. A extinção definitiva do tráfico atlântico de escravos, tolerado por mais quase trinta anos após a independência do país, configurou-se como o principal limite à

⁷Um primeiro tratamento desta coincidência narrativa foi realizado por Karina Baptista, bolsista de iniciação científica do LABHOI, em sua monografia de bacharelado, “O Diálogo dos Tempos: memória, história e identidade social nos depoimentos orais de descendentes de escravos brasileiros”, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1996.

⁸ Cf. Maestri Filho, Mario José, op. cit., p. 25.

reprodução social da escravidão no Brasil. Em 1871, a chamada Lei do Ventre Livre, que, além de libertar de direito as crianças nascidas de ventre escravo, reconheceu aos cativos o direito à formação de pecúlio e à compra da liberdade, atacava a outra face daquela moeda, retirando dos senhores a administração da esperança da alforria junto a “seus” cativos.

É extremamente significativo que, nas entrevistas selecionadas, os significados do “tempo do cativo” apareçam definidos principalmente por seu sentido de redução de seres humanos à condição de simples mercadoria por meio da violência. A condição de semoventes e a associação com a criação de gado são recorrentes nos diversos conjuntos analisados, especialmente nas referências à preferência pelos negros de canela fina no ato da compra e ao ato de comer na gamela coletiva como os animais. Os castigos físicos também definem essencialmente este tempo, presente nas diversas narrativas de requintes de crueldade, muitas vezes associadas a uma “memória do feitiço”,⁹ ou seja, a uma punição do torturador por meio de poderes mágicos do cativo torturado - a morte dos filhos nos casos das sinhás ciumentas, suicídios, doenças incuráveis, perda total da colheita, incêndios, etc. - sempre definido como estrangeiro e africano.

As 66 entrevistas aqui selecionadas produzem em seu conjunto, portanto, uma determinada definição do cativo, extremamente próxima àquela caracterizada por Finley em seu trabalho clássico sobre a escravidão antiga:¹⁰ o cativo se define como uma mercadoria e como um estrangeiro. Apesar disto, nas narrativas analisadas, os pais ou avós dos narradores nunca compartilham, por razões variadas, daquelas condições atribuídas de maneira genérica ao tempo do cativo. Inseridos na comunidade escrava mais enraizada, definem-se como exceções e, aproximando-se da experiência de liberdade, afirmam-se como pessoas (e, não, como coisas) e como brasileiros (e, não, como estrangeiros).

É interessante notar que o trabalho duro não aparece como um ponto essencial a definir o “tempo do cativo”. Nas maioria das narrativas, o trabalho é antes um ponto de continuidade do que de ruptura entre o tempo do cativo e o tempo da liberdade.

Aparecem, a definir o tempo da liberdade, algumas características “informativas”, mais do que narrativas. Na vivência de criança dos entrevistados, o trabalho familiar e a autoridade paterna tomados conjuntamente são talvez a maior regularidade, presente em 86,36% (57 em 66) dos casos considerados, configurando uma identidade camponesa na qual a figura paterna emerge como controladora econômica e moral do trabalho familiar. Destes, mais da metade (30 em 57) tornaram-se proprietários de terra em algum momento de suas vidas, condição que, via de regra, não transmitiram a seus filhos (apenas cerca de 20 % dos entrevistados se declararam proprietários de terra em algum ponto de suas histórias de vida).

Tendo em vista a ênfase que a historiografia e a literatura antropológica tem dado ao papel da mulher, seja na família escrava, seja nas famílias “negras” das favelas e bairros populares das zonas urbanas do Brasil, de uma maneira geral o papel desta estrutura patriarcal no campesinato negro do centro-sul, quase diretamente formado pelos últimos cativos libertos pela Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, propõe elementos para uma reavaliação tanto da literatura sobre família e relações de gênero nas comunidades escravas, quanto da experiência das comunidades negras nas cidades do centro-sul, no processo de migração rural-urbana que caracterizou a história social da região durante este século.¹¹

⁹Cf. Robson Martins, “Memória do Feitiço”. Relatório apresentado ao Centro de Estudos Afro-asiáticos, Rio de Janeiro, 1995 (mimeo).

¹⁰ Cf. Moses Finley, *Escravidão antiga e ideologia moderna*, Rio de Janeiro, Graal, 1991.

¹¹ Ao publicar artigo baseado em uma análise geral das entrevistas paulistas, Maria de Lourdes Janotti (op. cit.) pôs em relevo, especialmente, as relações de gênero. Concentrou-se numa narrativa padrão, quase um mito de origem familiar comum a mais de uma das famílias entrevistadas, que se referia à uma jovem escrava que, cobiçada pelo senhor, o recusava e, como castigo, era obrigada a se casar com um velho africano. Pode-se fazer várias leituras do significado desta narrativa. O fato de que trabalhos recentes sobre o parentesco escravo estejam apresentando este tipo de arranjo como “padrão” (casamento de africanos mais velhos com jovens crioulas),

Concluo este artigo tomando o exemplo de duas narrativas, extraídas dos dois projetos que mais se distanciavam entre si do ponto de vista teórico e metodológico, o de Ana Rios e o de Mário Dalla Vecchia, que ilustram exemplarmente os significados de escravidão e de liberdade que acabamos de explorar.

"ENTREVISTADOR: Senhor Tibúrcio? Eu estaria interessado em escutar se seu pai, sua mãe, sua gente, lhe contou alguma coisa do tempo da escravidão? Como é que eram tratados os negros?"

TIBÚRCIO - Os negros?! (...) Tinha escravatura boa e tinha a ruim! O negro ruim, aqueles que comia carniça, eles botavo a panela no fogo. Dentro de casa: no tempo que penduravo as panelas num gancho, aquela de três pernas. E botavo um negro prá cuidá aquela panela, fazê fogo. Botavo vinho e temperavo. Botavo carne. E deixava o negro. E contavo a carne. O negro ruim, aquela carne, a hora que iam servi, contavo os pedaços. A escravidura sofreu muito, só em vê contá. Se não tivesse aqueles pedaço de carne, que tivesse tirado tudo numa bitola só - E se não achasse aquela carne, aquela quantia que tinham botado, aquele escravo não comia. Ele tomava era pau! Não comia nada, ele tomava era pau! Bueno, por isso aí um verso:

*"Se arretira senhor colete
com ordem do meu porrete
te arretira senhor caldo
com ordem do meu fincão! [...]"*

TIBÚRCIO - E vai, meu pai me dizendo que os escravos, não podiam se misturá os bons com os ruim. Que aqueles que eram ruim, não queriam os outros bem! Por que eles comiam porcaria, sujeira, carniça. A pau! E o meu pai não! Era comida."

O trecho transcrito admite análises diversas, da construção da narrativa oral (e há de se elogiar a transcrição em seu poder de remeter a esta dimensão da oralidade) até as visões de cativo e das relações entre os cativos que a narrativa informa. Narrativa que, sem muitas dúvidas, deve ser creditada - na origem - ao pai do narrador, que se assumia como ex-escravo.

Na verdade, toda a riqueza de detalhes dessa narrativa apresenta-se quase impenetrável a um leitor distante física e culturalmente do informante. Aparece, entretanto, de forma bastante clara, o enredo central da história narrada na transcrição de Dalla Vecchia, da qual transcrevemos, acima, apenas alguns trechos. Trata-se de uma versão pessoal de um conto popular.¹² Um escravo "ruim" (quer dizer sujeito a maus tratos e pouca comida) era responsável por tomar conta da panela de comida e por evitar que qualquer pedaço de carne fosse roubado dela, o que sistematicamente não conseguia - sendo por isto sistematicamente surrado. Escondido, descobre finalmente o ladrão, um escravo de outra propriedade. Ao descobrir o responsável por seus infortúnios, este escravo "ruim" não hesita em matar o ladrão de carne. Pelo assassinato é sumariamente condenado à morte pelo senhor e degolado, a mando deste, por outros escravos da propriedade.

Todo o depoimento do qual foi retirado este trecho tem um tom "delirante" que foge ao controle do entrevistador - mais preocupado com informações objetivas sobre onde os escravos eram surrados, que roupas usavam ou o que comiam (informações que dificilmente estariam disponíveis "objetivamente" numa terceira geração de descendentes de ex-escravos).

sinalizando para a reprodução de uma hierarquia de idade entre os escravos homens, comum às sociedades africanas, pode descortinar novos sentidos para estas narrativas, quase sempre femininas.

¹²Agradeço a Idelette Muzart Fonseca dos Santos (Universit  de Paris X, especialista em Literatura Oral no Brasil) a informa o de que a narrativa de Tibúrcio se constituía numa variante de um conto popular.

Neste depoimento, em particular, reiteram-se alguns dos significados mais comumente associados ao cativo - especialmente a idéia de promiscuidade sexual e de aproximação com a noção de "rebanho animal" contida na idéia de um escravo "reprodutor", papel que teria sido exercido pelo pai de Seu Tibúrcio e por outros "negros de canela fina". Os de "canela grossa" estariam condenados ao porrete. Em determinado momento, entretanto, o mesmo Tibúrcio afirma que sua mãe "já era brasileira", aparentemente presumindo que o interlocutor entendia que isto determinava alguma importante diferença.

Aliás, as "diferenças" entre escravos "bons" e "ruins", "negras" e "brasileiras", atribuídas a um discurso de seu pai sobre o cativo, e uma certa associação, desta feita dele, Tibúrcio, entre o tempo do cativo e as técnicas de "recrutamento" prevalentes durante as muitas conflagrações armadas entre as oligarquias locais que marcaram, no sul do país, as décadas que se seguiram à abolição da escravidão, parecem-me dar a chave de leitura que empresta significados históricos e sociais ao "delírio" de seu Tibúrcio.

Fundamental, nisto tudo, é a percepção de que ele, Tibúrcio, era o filho de um escravo "bom" com uma "brasileira". Esta era a base de construção da identidade étnica e social do depoente - que, apesar de reconhecer seu elo genealógico com a escravidão e de identificá-la pelos seus significados mais gerais (violência, promiscuidade, animalização, coisificação), individualizava sua experiência familiar, recusando a vitimização como solo de construção de sua identidade pessoal.

Num discurso bem mais organizado, Ezequiel Inácio, entrevistado por Ana Rios, também recorre a um "caso" para definir a excepcionalidade de seu avô paterno. Segundo seu Ezequiel, seu pai lhe contara que ele era um escravo tão excepcional e trabalhador que seu senhor apostou com outro fazendeiro que, sozinho, apanharia mais café que todos os escravos da outra fazenda. Cada um teria apostado a própria fazenda neste desafio. O avô de seu Ezequiel teria ido sozinho à fazenda vizinha para o desafio. O pai do depoente, ainda menino, ter-lhe-ia levado o almoço à fazenda vizinha, colocando-se como testemunha ocular da história que contava e da excepcionalidade da situação do pai, reforçada até mesmo pela moradia com a família em uma casa separada das senzalas coletivas, situação que a moderna historiografia sobre a escravidão vem mostrando ter sido comum, especialmente para os escravos casados:¹³

Aí meu pai deixou a vasilha do almoço e voltou para casa, foi embora, mais o meu avô não morava na senzala junto com os outros não, meu avô tinha uma casinha de sapê bem fora da fazenda, retirada um pouco, fora da Fazenda. Ele não dormia não (...) não dormia dentro da senzala não (...) numa casa separada.

Como era de se esperar, ele sozinho apanhou mais café do que todos os outros. O capataz do fazendeiro rival reconheceu a derrota de seu grupo de escravos e, ato contínuo, teria começado a bater nos mesmos, como castigo por terem feito o senhor perder a fazenda. Apanharam tanto os escravos que o avô do depoente tratou de voltar logo para casa, recusando um convite para pernoitar na fazenda, temeroso de ser morto pelos demais, se ali permanecesse, já que era o culpado pelos seus infortúnios. Ao chegar a casa, teria ouvido do senhor, mais rico em uma fazenda graças a seus serviços:

Falou assim, bom agora você pode ir embora, quatro dias você não me aparece aqui na fazenda, fica por lá junto com sua mulher em casa, junto com suas crianças, pode ficar quieto lá, não me aparece aqui, quatro dias, pois é, amanhã eu vou lá para mim receber esta fazenda.

As coincidências narrativas privilegiadas neste texto nos falam, portanto, de uma definição de cativo como ausência absoluta de direitos e de alternativas personalizadas de rompimento com esta condição através da aquisição de direitos pessoais ou privilégios. Neste contexto, a libertação significou

¹³ Cf., entre outros, minha discussão sobre este ponto na parte 2 de *Das Cores do Silêncio*, op. cit.

a transformação definitiva daqueles privilégios efetivamente em direitos. Para os homens, sobretudo, o direito de controlar o seu próprio corpo e de comandar o trabalho da família.

Falam-nos também do escravo como um estrangeiro e da liberdade como caminho de pertencimento à comunidade “brasileira”, mesmo antes da lei da libertação. Falam-nos, portanto, de um certo significado da cidadania brasileira no Brasil monárquico freqüentemente negligenciado pela historiografia.

O que significava, porém, essa cidadania? Quais os significados da liberdade no Brasil monárquico? Politicamente ela era uma farsa, mesmo para os cidadãos ativos, que possuíam renda para votar e ser votados, controladas como eram as eleições pelas mesas eleitorais. Em termos civis, garantia as liberdades clássicas (de ir e vir, direito à família, à propriedade, etc.), bem como a liberdade de opinião e a integridade física, quando a Constituição proibia a tortura ou o castigo infamante para os cidadãos brasileiros (leia-se o conjunto dos nascidos livres). Qual, entretanto, o significado real de tais garantias para os “cidadãos passivos”, em face do poder privado dos potentados rurais?

É preciso ter em mente a experiência da escravidão para mensurar o significado dos “direitos civis” atribuídos aos cidadãos brasileiros no Império e a todos os nascidos no Brasil após a Lei Áurea. Desde 1850, a legislação imperial tendeu a transformar o costume em lei, tornando antigos privilégios da comunidade cativa mais enraizados direitos comuns ao conjunto dos escravizados. Foi o Estado Imperial que: assegurou o fim do tráfico; reconheceu para os cativos o direito à família, proibindo separar casais e seus filhos; transformou em direito a prática do pecúlio e da compra da alforria; proibiu o açoite em 1886. Os significados de cada uma dessas medidas legais para a força moral dos senhores, para a própria viabilidade da dominação escravista, eram bem medidos pelos contemporâneos, apesar de serem freqüentemente negligenciados pelos historiadores. O que esteve em discussão, desde 1850, e se consolidou em 1888 ao abolir-se legalmente a escravidão, foi a extensão de direitos civis a todos os brasileiros - com os significados e as limitações com que eles eram vividos e percebidos na ordem imperial. É também com este significado, com uma formulação precisa de sua abrangência e de suas limitações, que o Tempo do Cativo e o Tempo da Liberdade aparecem nas falas e na tradição familiar dos descendentes diretos dos últimos cativos do Continente.